

Por Antonio Penteado Mendonça



Dizia Winston Churchill que a pior forma de governo é a democracia, pena que não inventaram nenhuma melhor. Parodiando o grande homem público: a pior forma de proteção social é o seguro, pena que não inventaram nenhuma melhor.

E não sou eu quem o diz, são mais de quatro mil anos, nos quais o seguro tem lugar de destaque no desenvolvimento da humanidade.

As caravanas da Mesopotâmia contavam com a proteção de uma ferramenta extremamente parecida com o seguro de transporte moderno. As operações comerciais italianas, a partir da Idade Média, eram protegidas por seguros de crédito que garantiam a solidez e a confiança das transações.

As navegações portuguesas, a partir de 1420, abriram o mundo para a Europa porque, por volta de 1350, o Rei D. Diniz criou uma companhia para repor as embarcações da frota portuguesa perdidas pelas mais diferentes razões. Quer dizer, a frota de Cabral, ao descobrir o Brasil, estava segurada, como estavam seguradas todas as embarcações do Reino.

O século 18 vê a mudança do controle dos mares para a Inglaterra. Lá, o comércio internacional ganha força graças à frota britânica e a um Café, chamado Lloyds, onde se contratavam as proteções para navios e cargas, e que até hoje tem forte influência nos mais variados negócios de seguros ao redor do globo.

Tendo como pano de fundo o incêndio que destruiu grande parte de Londres, os ingleses, adotando as premissas válidas para os seguros de transporte, desenvolvem o seguro de incêndio.

Na segunda metade do século 19, a Revolução Industrial produz um novo tipo de trabalhador: o operário moderno. Bismark, o chanceler alemão, para proteger a nova classe, cobrindo os operários e suas famílias, cria o seguro social, peça fundamental para o equilíbrio das nações modernas.

A chegada dos automóveis, ônibus e caminhões, não como objetos de uma classe privilegiada, mas como meios de transporte de massa, leva à criação do seguro de veículos e, em seguida, à consolidação do seguro de responsabilidade civil, que garante a indenização de danos causados a terceiros, inclusive as vítimas dos acidentes de trânsito.

E as duas guerras mundiais consolidam os seguros marítimos, destinados a garantir a reposição dos navios afundados em consequência dos conflitos. Não houvesse seguro, dificilmente os ingleses teriam condições de repor as perdas causadas pelos ataques dos submarinos alemães.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo entra numa fase de desenvolvimento acelerado, que resulta na consolidação das grandes corporações multinacionais. Mais uma vez a indústria do

seguro desenvolve os produtos de proteção requeridos por essas empresas gigantescas e inéditas na história da humanidade.

Com a utilização cada vez mais intensa da energia nuclear para fins pacíficos, as seguradoras criam apólices específicas, altamente técnicas, não só destinadas a proteger o funcionamento das usinas, mas sua montagem e desmontagem, cobrindo todos os riscos inerentes à sua operação.

Mas as complexidades sociais vão além e surge a necessidade da proteção das relações decorrentes da urbanização do planeta e as apólices de responsabilidade civil, inicialmente válidas para algumas poucas situações, se disseminam, cobrindo praticamente todas as atividades lícitas.

Com a entrada em cena dos computadores, surgem apólices destinadas a garantir riscos até então inéditos, decorrentes da operação desses equipamentos, cada vez mais sofisticados e poderosos, com enorme capacidade de causar prejuízos de todas as naturezas.

Agora, a bola da vez são as mudanças climáticas. Os seguros anteriormente desenhados para os eventos de origem natural não dão conta da nova ordem de grandeza de manifestações como furacões, tufões, tempestades, granizo, nevascas, secas, etc., que chacoalham o planeta, matando e destruindo por onde passam.

Não seja por isso. As seguradoras estão debruçadas sobre este e outros temas inéditos e com certeza apresentarão as soluções mais eficientes para a nossa proteção.

Fonte: O Estado de S. Paulo, em 23.12.2019